

Hoje comemoramos o septingentésimo vigésimo segundo aniversário da Universidade de Coimbra. Vistos à luz de uma história tão longa, os problemas do momento podem parecer mera poeira, mas seria um engano, pois cada um desses 722 anos foi na realidade ganho com muito esforço e empenho. O septingentésimo vigésimo terceiro ano, que agora começa, vai ser dos mais exigentes, pois em poucas ocasiões da nossa história teremos sido sujeitos a provas tão duras, se excetuarmos momentos negros como os das pilhagens das invasões francesas ou os mantos de chumbo do estado novo e da inquisição.

Com efeito, em resultado da capacidade de Portugal para se desgovernar, a palavra "troika" adquiriu um sentido que há apenas um ano atrás, quando iniciei o meu mandato, desconhecíamos por completo. Recorde-se que o pedido de ajuda externa de Portugal ocorreu apenas a 6 de Abril de 2011. (Troika com "k", pois o acordo ortográfico trouxe-nos três letras adicionais, o "K", o "W" e o "Y", algo que muitos ainda não terão notado. Nisso estamos mais cosmopolitas, o que é bom.)

Hoje o ensino superior em Portugal conhece bem o novo significado dessa palavra. A Universidade de Coimbra, que em 2010 recebeu 91 milhões de euros do orçamento de estado, recebe este ano apenas 63 milhões, 31% menos.

31% de corte em dois anos ? Espero que aos mais atentos este número suscite uma reação no mínimo de surpresa. A troika pede uma diminuição no défice do estado, entre 2010 e 2012, muito inferior a estes valores!

Que aconteceria se todos os setores do estado tivessem uma quebra da despesa de 30% nestes últimos dois anos? Pois em 2012 teríamos não um défice de 7.500 milhões de euros, como actualmente sucede, mas um superavit de 8.000 milhões. Já não precisaríamos da troika, pagávamos os 9.000 milhões de euros de juros previstos para este ano (9000 milhões é aproximadamente 10 vezes o que custa ao estado todo o sistema de ensino superior), e ainda amortizávamos 8.000 milhões de dívida, coisa que não fazemos há muitos anos, pois só andamos a pagar juros.

Torna-se assim evidente que o ensino superior tem suportado uma fatura muito mais pesada do que os outros setores. De que nos serve sermos o único setor que o memorando da troika não menciona como sendo um problema para Portugal? Devíamos receber um prémio, mas só nos dão um castigo.

Seremos um fardo de tal forma pesado para o Estado que só mereçamos esse castigo?

Permitam-me que faça uma análise estritamente financeira da Universidade de Coimbra, na sua relação com o Estado. Quanto receberá a UC do Estado em 2012? Transferências diretas serão 63 milhões de euros, como já mencionei atrás, e a esse montante temos de somar a fração do financiamento da investigação (projetos, centros de investigação, etc.) que é paga com verbas do OE, algo que estimamos que em 2012 ascenda a cerca de 5 milhões de euros, montante que todavia corresponde apenas a uma pequena parte do dinheiro para a investigação, uma vez que a fatia maior desse financiamento é dinheiro europeu. Do OE vem apenas, sublinho, uma pequena parte. Isto faz com que, no global, recebamos do OE em 2012 aproximadamente 68 milhões de euros.

Ora, a UC também paga impostos. Poucos adivinharão quanto: em 2012, entre IVA, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, IRS e ADSE serão cerca de 48 milhões de euros. Ouviram bem, 48 milhões de euros! Mas há mais. Lembro que a UC é campeã na formação de novas empresas. Se tivermos apenas em conta as empresas incubadas no Instituto Pedro Nunes, que em 2010 tiveram um volume de negócios de cerca de 75 milhões de euros, e se além disso

considerarmos que estas empresas pagam em impostos ao estado, em média (entre IRS, IRC, IVA e Segurança Social), cerca de 30% da sua faturação, o estado recebe mais 22 milhões de euros. Como muito poucas destas empresas se teriam formado se a UC não existisse, podemos somar estes dois valores para um total de 70 milhões de impostos pagos pela UC ou por causa dela.

A UC dá lucro ao Estado!

Recebe 68 milhões e gera pelo menos 70 milhões de impostos. A diferença seria maior se contabilizássemos muitas outras empresas que têm negócios que só o conhecimento vindo da UC possibilitou (por exemplo, o efeito do medicamento FDG anunciado há algumas semanas não está contabilizado), ou se somássemos o IVA que cada um dos funcionários da UC paga de cada vez que vai ao supermercado, etc, etc.

A UC tem sido bem gerida, ao contrário de outros setores. Ainda há uns dias soubemos que só o metro de Lisboa teve 600 milhões de euros de prejuízo em 2011 (o dobro do ano anterior) e o metro do Porto mais de 300 milhões. Em conjunto, só essas duas empresas tiveram em 2011 mais prejuízo do que o custo que representa para o Estado todo o sistema de ensino superior português. Qual destes setores tem mais potencial para criar a riqueza de que tanto necessitamos?

É do conhecimento avançado que pode vir o desenvolvimento de Portugal, e as universidades são quem detém a maior fatia desse conhecimento. Temos sabido, com a Universidade de Coimbra na frente, transferir esse conhecimento para a sociedade, e transformá-lo em riqueza para o país. Não merecemos estes cortes. Não merecemos ser tratados desta forma.

Há algum tempo atrás, eu pedia ao Estado que não nos atrapalhasse. Infelizmente, a situação piorou: agora tenho de pedir ao Estado que não nos ponha algemas.

Porque tenho de vos falar na lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a chamada lei dos "compromissos". Esta lei pretende introduzir mecanismos que limitem o crescimento (galopante, em alguns setores) dos pagamentos em atraso: não se pode encomendar nada aos fornecedores se não se tiver dinheiro para pagar essa encomenda; os fornecedores não podem esperar ser pagos se não receberem uma encomenda oficial, devidamente numerada, e todos os compromissos plurianuais têm de ser autorizados pelo ministro das finanças.

As duas primeiras restrições não nos deverão afetar muito, pois como temos poupanças (embora cada vez mais curtas) temos dinheiro disponível para pagar o que encomendamos, e já emitimos regularmente as encomendas formais. A terceira regra é muito negativa: para contratarmos uma empresa de limpeza para um período que ultrapasse 31 de dezembro temos de ter autorização do Ministro das Finanças. Se contratarmos o fornecimento de azoto líquido para um laboratório, ou fizermos um contrato de manutenção de elevadores, ou uma pequena obra de remodelação de um espaço na UC, ou mesmo para um simples fornecimento de livros ou revistas, caso envolva pagamentos tanto antes como depois de 31 de dezembro tem de ser autorizado pelo Ministro das Finanças. À laia de contexto é de mencionar que em 2011 fizemos dois pedidos ao Ministério das Finanças para alterações orçamentais que não tiveram resposta. A tarefa deste ministério é pesadíssima, e admiro pessoalmente o Dr. Vitor Gaspar pela sua tão intensa dedicação ao país, num período tão difícil. O seu tempo afigura-se-me todavia demasiado precioso para que tenha de estar a autorizar um a um, por exemplo, contratos de bolseiros para um projeto de investigação, só porque eles se prolongam para além do dia 31 de dezembro.

Se esta lei se destina a controlar o crescimento dos pagamentos em atraso, porque penaliza quem os não tem? Deveria haver uma regra, muito simples, que dissesse que quem não tem pagamentos relevantes em atraso não é abrangido.

Mas o maior problema com esta lei é mais profundo, que é o de saber se vale a pena gerir bem em Portugal. O prémio para a boa gestão é receber cortes orçamentais maiores e ficar sem autonomia de decisão?

Mantenho a profunda convicção de que o bom caminho para Portugal prevalecerá.

1 de Março de 2012

Dia da Universidade de Coimbra

João Gabriel Silva

Reitor

(este texto contém a parte essencial da intervenção do Reitor na cerimónia de comemoração do 722º aniversário da Universidade de Coimbra)